

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: NOVOS CONTORNOS A PARTIR
DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA¹**

Mariléia Maria da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC

Grupo de Pesquisa: Comunicação, Trabalho e Educação/COMUTE

Programa de Pós-Graduação em Educação/UEDESC/FAED

Financiamento: FAPESC e UDESC

O presente trabalho tem como objetivo investigar em que medida as transformações no mundo do trabalho, marcadas pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista e a substituição por um modelo caracterizado pela flexibilização dos processos de trabalho, afetam a concepção do jovem sobre a sua inserção e situação profissional. Em que medida se identificam e incorporam os discursos acerca das atuais exigências do mercado de trabalho e quais as implicações na percepção de suas trajetórias profissionais. Os sujeitos investigados são os jovens egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Trata-se de um Programa vinculado ao Governo Federal, que tem como objetivo declarado promover a qualificação profissional de jovens entre 15 e 29 anos. A perspectiva de análise adotada situa-se no campo do materialismo histórico e dialético, na medida em que somente pela apreensão do movimento das contradições da sociedade capitalista é possível a compreensão da realidade. Portanto, considera-se que o modo como os jovens apreendem o seu processo de inserção profissional é expressão de uma materialidade econômica e política. Os principais resultados teóricos do estudo indicam a existência de uma visão ilusória, por parte dos jovens, de que se houver esforço haverá emprego. Essa perspectiva parece ser reforçada pelo Projovem a partir da noção do empreendedorismo como uma alternativa para os jovens superarem os obstáculos encontrados em um mercado de trabalho restritivo. Os jovens tendem a atribuir a si a responsabilidade pelo seu fraco desempenho para lidar com as novas tecnologias, bem como pelo baixo nível de escolaridade alcançada. Assim, o Projovem situa-se na perspectiva de dar sustentabilidade a um encadeamento discursivo que visa contribuir para a manutenção da lógica do capital.

Palavras-chave: Projovem, inserção profissional, capitalismo

¹ O presente trabalho contém os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento financiada com recursos da FAPESC e da UDESC, cujo título é “A inserção profissional dos jovens egressos do Projovem em Florianópolis”. A pesquisa conta com dois bolsistas de Iniciação Científica (Leandro César de Souza e Pâmela Regina Jung).

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo investigar a relação entre trabalho e inserção profissional em um contexto de configuração de um novo padrão de acumulação capitalista.

As últimas décadas do século XX caracterizaram-se por intensas e rápidas transformações nas relações capital-trabalho, cujo impacto na vida em sociedade tem sido estrondoso. Considera-se que a maneira como o homem produz a sua existência, isto é, o trabalho, ao ser apropriado pelo modo de produção capitalista, tem evidenciado um estado crescente de precarização, verificado pela dispensa de parte mercadoria força de trabalho.

Atualmente, além do desemprego, vivenciamos novos tipos de contratação em que o poder de negociação do trabalhador, cada vez mais, fica circunscrito aos interesses do capital. Em outros termos, significa afirmar a perda do poder de negociação por parte daqueles que vendem sua força de trabalho ao capital (ALVES, 2000).

As implicações de tais mudanças devem-se ser consideradas, conforme Antunes (1995), não somente a partir de uma degradação da materialidade visível, mas também pela constituição de novas subjetividades, e mais ainda, pela inter-relação entre ambas. Nesse aspecto é que propomos a reflexão em torno das relações que os jovens estabelecem com o trabalho em sentido amplo, abarcando a compreensão de Marx sobre trabalho como produção da existência, e os limites impostos pela lógica do capital para o qual trabalho e educação constituem fatores determinantes.

Assim, o presente trabalho tem como propósito refletir acerca das transformações no mundo do trabalho, marcadas pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista e a substituição gradativa pelo novo modelo constituído pela flexibilização dos processos de trabalho, e suas implicações na constituição de uma nova forma de se pensar a inserção profissional dos jovens, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na perspectiva de seus destinatários. Nesse caso, tomaremos como foco de análise os egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

O texto está estruturado em três partes. Em um primeiro momento analisamos as principais mudanças no padrão de acumulação taylorista-fordista e o estabelecimento do padrão de acumulação flexível; objetivando identificar, à luz de um referencial teórico-metodológico marxista, as implicações na formação de um novo perfil profissional e os atributos correlatos, na perspectiva do capital, para o alcance da inserção profissional. No segundo momento, procuramos refletir sobre o impacto das condições concretas de inserção

profissional experimentadas pelos jovens, em particular os jovens egressos do Projovem, e os sentidos que atribuem ao seu processo de inserção profissional, cotejando-os ao discurso do capital. E na terceira parte, apresentamos algumas considerações acerca do trabalho para os jovens, sobretudo os jovens trabalhadores.

A reestruturação produtiva do capital

O capitalismo contemporâneo inicia-se nos anos de 1970 e, de acordo com Braz e Netto (2006), constitui a terceira fase do estágio imperialista. Caracteriza-se por um conjunto de respostas no plano econômico, político, social e cultural, muito bem articuladas para fazer frente às novas necessidades do capital. Para Chesnais (1996), ao referir-se à noção de mundialização do capital, a cada dia torna-se mais patente que estamos a tratar muito mais do que “outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (p.13).

Os estudos que abordam a natureza das mudanças sociais e suas consequências para a vida social são expressivos e apresentam enfoques teóricos diversos. Mézáros (2002), por exemplo, referindo-se aos novos processos de trabalho, entende que os avanços no *Know-how* científico não têm sido empregados para favorecer as necessidades humanas, mas tão somente para favorecer os interesses do sistema do capital. Conforme o autor, “é por isso que, não apenas algumas linhas de pesquisa inerentemente produtivas não prosseguem, mas também uma grande parte de conhecimento já existente, junto com incontáveis inventos práticos, é ‘arquivada’ ou inteiramente reprimida, sempre que conflite com os interesses do capital” (MÉZÁROS, 2002, p.663).

Para Harvey (1996), vive-se um cenário de mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas desde a primeira década de 1970. No entanto, adverte que tais mudanças não indicariam o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, apenas revelam que a rigidez do padrão de acumulação capitalista taylorista-fordista tem se mostrado ineficaz no atendimento das demandas do capital na atualidade. Segundo o autor, a promessa fordista/keynesiana foi incapaz de interromper as contradições próprias do capitalismo, devido à *rigidez* para resistir aos investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo, bem como pela impossibilidade de atender aos mercados de consumo variantes em função de planejamentos inflexíveis.

As consequências de tais mudanças resultam, para Harvey, em uma nova estruturação do mercado de trabalho a partir de uma segmentação bem definida, na qual os empregados com contratos de trabalho mais favoráveis estariam em minoria e ocupariam a posição central, e na extremidade estariam localizados dois subgrupos: um formado por empregados com certa qualificação, com contratos integrais; e o outro constituído por trabalhadores em condições contratuais fortemente adversas, como trabalhos temporários, insegurança, e alta rotatividade. Esse subgrupo, no entendimento do autor, tende a crescer em contraposição aos empregados situados na posição central.

Braz e Netto (2007), apoiando-se umbilicalmente nas teses marxistas sobre as etapas do capitalismo e suas crises cíclicas, identificam que o período demarcado pelo padrão taylorista-fordista e as políticas keynesianas, expressa “*uma longa onda de expansão econômica*”² (2007, p.213), caracterizada por grande crescimento econômico e taxas de lucros que permaneceram elevadas entre o final da Segunda Guerra Mundial e segunda metade dos anos sessenta.

No entanto, a partir desse período, *a longa onda expansiva* esgota-se. Declina a taxa de juros em vários países e há uma redução no crescimento econômico. Porém, destacam que entre os anos de 1971 e 1973, dois “*detonadores*”³ anunciaram que a ilusão do ‘capitalismo democrático’ chegava ao fim: *o colapso do ordenamento financeiro mundial*, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e *o choque do petróleo*, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP”(p.213).

Os autores consideram ainda outros elementos importantes como deflagradores, a pressão organizada dos trabalhadores que, no decorrer dos anos sessenta e início dos anos setenta, faz sentir o peso do movimento sindical, sobretudo nos países centrais, exigindo melhorias salariais e ao mesmo tempo questionando a organização da produção nos moldes taylorista-fordista; bem como a configuração de movimentos sociais organizados em torno de categorias sociais específicas.

Assim, conforme os autores, sinteticamente podemos afirmar que “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias

² Grifos no original.

³ Grifos no original.

atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”(p.214). É oportuno reiterar que, na perspectiva dos autores, tais crises são a expressão da incapacidade do capital em manter o nível da taxa de lucro, bem como garantir, ao máximo, a exploração da força de trabalho.

Segundo Brás e Netto, para fazer frente a essas crises, o capital tem se articulado em torno de um tripé que se compõe de “reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal” (p.214) que, em outros termos, procuram atualizar e recuperar o nível de mais-valia necessário à manutenção da lógica capitalista.

Nas Palavras de Harvey, a acumulação flexível ou a chamada reestruturação produtiva

[..] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (Ibid, p.140).

Evidentemente que os custos de tais mudanças recaem diretamente para o trabalhador, *pagando* com o enxugamento dos postos de trabalho, a redução salarial, a desregulamentação das relações de trabalho e o desemprego.

Inúmeros estudos (MÉZÁROS, 2002; ANTUNES, 2000; HARVEY 1996; CASTEL, 1998) são unânimes ao concluir que o novo modelo de acumulação capitalista instaura a necessidade de se manter patamares altos de desemprego paralelamente ao enfraquecimento do poder de organização dos trabalhadores. É neste contexto, grosso modo, chamado de “precarização das relações de trabalho”, que situamos a relação entre trabalho e inserção profissional, particularmente daqueles provenientes dos meios sociais desprovidos das condições materiais mínimas necessárias à subsistência humana.

Na visão dos apologéticos da reestruturação produtiva, via de regra, é atribuída às inovações tecnológicas e organizacionais a demanda por um perfil profissional mais qualificado. É suposto que aquele trabalhador afeito ao padrão taylorista-fordista, caracterizado pela linearidade, padronização e repetição cederá lugar a um modelo de trabalhador capaz de atender aos novos requerimentos do padrão da acumulação flexível, cujo perfil deve conter atributos como: capacidade de trabalhar em equipe, de tomar decisões, de ser adaptável ao novo e de ser criativo.

Conforme Machado (1996), verificamos:

[...] a substituição da demanda de formação profissional direcionada para o aprender a fazer por outra formação que permita o aprender a aprender. Trata-se de uma nova maneira de trabalhar a informação, de uma nova matriz a orientar os critérios de eficiência e competência, portanto, a própria política de qualificações (p.183).

Evidentemente que a discussão posta não está na simples mudança de sentido no que diz respeito à formação profissional para fazer frente às mazelas de um mercado de trabalho que, no discurso de seus defensores, estaria repleto de oportunidades para os inovadores, ao passo que se revela hostil aos poucos afeitos às novidades tecnológicas.

Para Machado, o que está em jogo é a aquisição da reprodução ampliada e intensiva do capital a partir da incorporação de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho com vista à realização de uma mais-valia extraordinária, pautada no aumento da produtividade individual, para a qual o incremento tecnológico é fundamental.

Retomando a linha de argumentação dos autores aqui abordados, trata-se, na verdade, de uma necessidade inerente à lógica do capital para lidar com suas próprias contradições. Não por acaso temos presenciado nas últimas décadas do século XX um rigoroso e intenso processo de reformas no âmbito do Estado, cujo propósito visa garantir as condições para o restabelecimento do capital diante de sua própria crise de acumulação.

Convém salientar que nos apropriamos aqui do conceito gramsciano de Estado em sentido amplo, no qual duas esferas estão presentes (COUTINHO, 2007):

a *sociedade política*⁴, (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado–Coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*⁵, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc (p.127).

Isso posto, queremos ressaltar o importante papel do Estado (Estado-coerção + sociedade civil) na construção da hegemonia neste cenário da crise do capital. A configuração de um novo modelo de política pública é uma clara demonstração disso.

Em outras palavras, o capital em meio a uma crise de acumulação consegue, de um lado, impor uma política econômica extremamente restritiva à classe trabalhadora, solapando direitos e garantias conquistadas no âmbito do padrão taylorista-fodista; por outro lado, estabelecer um nível de consenso de que as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais resultam do aprimoramento do ambiente democrático, próprio do sistema capitalista.

Portanto, ao abordarmos a questão do trabalho e inserção profissional dos jovens em um contexto de configuração de um novo padrão de acumulação capitalista, temos ciência de que tal problemática deve ser apreendida na esfera das relações capital-trabalho, posto que a inserção profissional não é uma ação neutra, provocada por um sujeito, mas a expressão de um “modelo político, econômico e social” (SILVA, 2004).

Entendemos que abordar a inserção profissional para os jovens requer que a pensemos como parte de uma política pública que cumpre, para utilizar a expressão de Mézáros (2002) ao referir-se ao Estado capitalista, o grande papel de

⁴ Grifos no original.

⁵ Grifos no original.

“retificadora” da ordem social. A questão é: qual inserção para qual sociedade? (SILVA, 2009).

Nessa perspectiva que abordamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei 11.129, de 30 de Junho de 2005, alterado pela Lei 11.692 de 10 de Junho de 2008 e regulamentado pelo Decreto n. 6629, de 04 de Novembro de 2008⁶. Uma política pública destinada aos jovens pobres, excluídos da escola ou pouco escolarizados.

A inserção profissional dos Jovens egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovem (Projovem): Qual política para qual jovem?

Em estudos mais recentes sobre a política de educação profissional dos anos de 1995 a 2005, Kuenzer (2006) adverte sobre a nova pedagogia na acumulação flexível que assim se expressa:

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência. (p.879)

Para a autora, as políticas públicas precisam ser apreendidas a partir de um quadro categorial que as situem como a expressão de uma totalidade em movimento, cuja configuração no regime de acumulação capitalista atual assume a marca da acumulação flexível. Neste sentido, entendemos que a ideia de inclusão/exclusão tem sido o grande *mote* orientador das políticas e, em particular, das políticas de formação profissional, sobretudo aquelas destinadas aos jovens pobres.

Diríamos que se trata de uma noção “guarda-chuva” – que certamente abriga diferentes perspectivas – na qual divergências são habilmente diluídas em nome de um

⁶ http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/default.asp. Acesso em: 12 de nov de 2010.

discurso que se faz consensual, qual seja: as soluções para a miséria social estão inscritas na lógica do capital.

Assim, nessa perspectiva, “incluir” pressupõe lançar mão de alternativas que, *a priori*, tomam como ponto de partida uma natureza imutável da qual faz parte o mercado de trabalho regido por leis próprias. Analisando o Programa Nacional de Inclusão de jovens, na modalidade Projovem Trabalhador, fica evidente tal diretriz.

O Projovem Trabalhador é gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, apresentando como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, que estejam em situação de desemprego, e sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo. Tem como objetivo a preparação de jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, promovendo qualificação social e profissional, bem como estimulando sua inserção. Os jovens recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00, em seis parcelas de R\$ 100,00, mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação.

Após seis meses de qualificação, as entidades formadoras devem se comprometer, ao menos, em inserir 30% no mercado de trabalho, do total de participantes que cursarem no mínimo 80% da carga horária dos cursos de formação. Destacamos que as entidades têm a obrigatoriedade de comprovar o alcance dessa meta, no entanto, sem o compromisso de encaminhar os jovens a postos de trabalho formais, com carteira assinada e outros direitos trabalhistas já consagrados, mas em franco desuso. O Ministério do Trabalho e Emprego considera como válido, para fins comprobatórios, as “ditas” formas mais flexíveis, como o trabalho autônomo, a prestação de serviços, os serviços temporários, os estágios e o cooperativismo.

Sobre o cooperativismo, em particular, merece destaque a noção de empreendedorismo como valor ideológico a guiar a ideia de trabalho autônomo e/ou de cooperação.

De acordo com Barbosa e Deluiz (2008) a ocupação de forma autônoma, apesar de precária, tem sido uma das únicas ocupações para os jovens pobres. Pudemos constatar esta afirmação a partir dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os jovens que freqüentaram um programa de inclusão profissional. Os entrevistados atribuem grande importância ao trabalho autônomo e acreditam que haverá empregos,

se houver esforço. É o que demonstra Tiago⁷ quando afirma que o desemprego “não existe”, somente o desemprego de “carteira assinada”:

Olha eu não sei se eu sou muito otimista ou se sou muito desinformado, mas eu vejo que assim ó, desemprego é uma coisa que não existe e que a sociedade coloca isso pra pessoa querer ter um trabalho de carteira assinada.(..) Eu sou uma pessoa que eu vejo que ter um trabalho de carteira assinada não é vantagem. A única vantagem que te dá é a comodidade (..). Então assim, agora eu tenho um trabalho de carteira assinada que possibilita eu pagar meu aluguel, eu pagar meu carro, eu pagar isso, sem se preocupar demais em ter que correr atrás de outras coisas pra poder alcançar né, esse montante. Mas...eu acho que assim ó, as pessoas que são criativas, elas conseguem tirar dinheiro de pedra. Sabe? Por exemplo assim...tem alguma coisa que todo mundo faz e faz bem. Se a pessoa souber aplicar, entendeu, souber aplicar um valor aquilo, entendeu, e souber vender ou, mesmo que não saiba vender, coloca alguém pra vender aquilo pra você, ela consegue ganhar dinheiro.

Muitas indagações poderiam ser feitas a partir dessa política voltada à qualificação e inserção profissional dos jovens pobres. Qual o destino dos outros 70% que as entidades não conseguem comprovar que tenham obtido êxito em alguma forma de inserção? Provavelmente os chamados “inempregáveis”?

O que significa, sinceramente, em termos de diferencial na conquista de uma vaga no mercado de trabalho, a quantia de R\$ 100,00 por mês durante o período de seis meses para jovens oriundos de segmentos sociais que há muito são alijados das políticas mais elementares como saúde, educação e moradia?

Kuenzer adverte que no modo de produção capitalista, todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, porque têm o propósito de atenderem às demandas do processo de acumulação. Salienta que, *o círculo entre exclusão e inclusão subordinada é condição de possibilidade dos processos e produção e reprodução do*

⁷ Todos os nomes referentes aos entrevistados são fictícios.

capital, sendo *constitutivo lógico necessário das sociedades capitalistas modernas*. (OLIVEIRA, 2004 apud KUENZER, 2006, p.881).

Para a autora, referindo-se aos programas e projetos, tanto no Governo Fernando Henrique quanto no Governo Lula, esses não se diferenciam no que diz respeito à concepção das relações entre Estado e Sociedade Civil, cuja tônica tem sido as parcerias entre o setor público e o setor privado. O que implica no repasse de parte das funções do Estado para a Sociedade Civil, acompanhado da transferência de recursos, sem um controle mais rigoroso. Apenas o fornecimento de relatórios meramente formais, sem que se possa avaliar, efetivamente, os resultados alcançados.

Kuenzer conclui que não há, nos projetos, a explicitação das condições concretas para a implementação de procedimentos pedagógicos que, de fato, possam proporcionar o desenvolvimento das competências complexas que caracterizam o trabalho intelectual, sustentando o exercício da crítica, da capacidade de criação, da participação política, bem como o domínio de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, que garantam a formação de um profissional com autonomia intelectual e ética.

Na mesma linha de argumentação, Rummet (2008) salienta que as políticas destinadas aos jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados têm atuado pela construção e manutenção de uma hegemonia que leva à perpetuação da atual divisão social do trabalho, pois “[...] não é outra a razão pela qual as forças dominantes se valem, permanentemente, de estratégias de conformação à ordem e de captura das aspirações e reivindicações da classe trabalhadora, muitas vezes organizativas de movimentos sociais, com o fito de manter em níveis satisfatórios a situação de controle social” (p.178).

Podemos afirmar que as políticas públicas para a juventude, na atualidade, sejam vinculadas ao processo de inclusão social, inserção profissional ou pela ampliação do nível de escolaridade, apontam para a manutenção de uma determinada ordem social, afastando-se, portanto, de caminhos que possam levar à emancipação humana.

Os depoimentos de jovens “qualificados” em um dos programas do governo federal em parceria com entidades privadas assim se referem à sua rotina e condições de trabalho:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não têm nada a ver, mas tu tens que fazer se não tu perde o emprego, e é isso, algo cansativo assim, não é tão merecedor, mas tens que trabalhar porque precisas de dinheiro. [...] o que eu menos gostei em restaurante. É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha, não combinava. (Maria, 21 anos).

Então pra falar bem a verdade, eu já tinha trabalho há muito tempo [...] bem antes de completar minha idade eu já trabalhava carregando carrinho lá em baixo, de supermercado, ajudando o pessoal na feira, sempre procurando fazer alguma coisa pra que ajudasse em casa, que sete irmãos não é brincadeira, né? (Leonardo, 22 anos).

Há, eu comecei a trabalhar desde os meus quinze anos cuidando de uma senhora de idade, ela faleceu. (Marli, 26 anos).

Uma coisinha melhor no momento que não limpe chão. Pode ser qualquer coisa. Pra mim [...] recepcionista [...] Qualquer coisa menos que não limpe chão. É uma coisa melhor. [...] Ah, em qualquer coisa. Só não de limpeza mais. [...] Porque a limpeza é muito humilhado. Nunca “tá” bom e as pessoas humilham muito. Entendesse? (Marli, 26 anos).

As formas pelas quais os jovens ingressam no mercado de trabalho e nele permanecem, mesmo após o período de qualificação no Projovem, expressa uma realidade que tende a perpetuar-se: a eterna precariedade, seja pelas condições de emprego em si, seja pela ausência de trabalho. Assim, é possível questionar se a mera absorção pelo mercado de trabalho, sob quaisquer condições, significa mesmo estar inserido profissionalmente. Conforme Silva (2009, p.87):

a noção de inserção profissional, em tempos de “flexibilização das relações de trabalho” – leia-se rebaixamentos salarial, contratos temporários, maior exigência qualificacional sem o equivalente de cargo e emprego – parece equivaler a simples inserção no mercado de trabalho. Em outros termos, estar inserido profissionalmente, condição cada vez mais difícil de ser alcançada, perde seu *status* e se reduz ao mero ingresso no mercado de trabalho. Essa equivalência de termos é um indicativo bastante evidente do quanto as condições de trabalho

no capitalismo contemporâneo, sob o discurso da globalização, sociedade do conhecimento, entre outros, tornam-se ainda mais solapadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A processualidade da vida, na perspectiva marxista, resulta da inter-relação homem-natureza. Isso é trabalho. Trabalhar é ato de criação e recriação humana. Nas palavras de Marx:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p.142).

O modo de produção capitalista pressupõe, para sua existência, a expropriação dos trabalhadores autônomos de seus meios de produção, a concentração desses meios nas mãos de poucos proprietários, e a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Portanto, o sentido ontológico de formação humana e fonte de conhecimento, ou seja, o trabalho concreto, acaba adquirindo a característica de fonte de exploração e alienação do homem, tornando-se um trabalho abstrato no qual não há lugar para o reconhecimento e o desenvolvimento da capacidade criadora do trabalhador.

Consideramos que o Programa Nacional de Inclusão de Jovem (Projovem) e, em particular a modalidade Projovem Trabalhador, contém traços que, longe de promover o trabalho concreto, entendido como possibilidade de humanização do homem, tende a reafirmar condições de trabalho marcadas por percursos profissionais precários e provisórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351. Maio/ago. 2004.

BARBOSA, C. S., DELUIZ, N. Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego em Discussão. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, jan./abr. 2008.

BRAZ, MARCELO; PAULO NETO, José. O capitalismo contemporâneo. In: _____. *Economia Política: Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-241.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educ. Soc.*, Out 2006, vol.27, no.96, p.877-910.

MACHADO, L. R. de. A Educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. ET al. (orgs). *Novas tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996, p. 165-184.

MARX, K. Processo de Trabalho e processo de Valorização. In: _____. *O Capital: crítica da Economia política*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, v. I. cap. V, 1988 (Col. Os Economistas).

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.

RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, jan./jun. 2008.

SILVA, M. M. *Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho*. 2004. 236 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

_____. A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional. *Revista Educação em questão*, Natal, v. 35, n. 21, p. 74-97, maio/ago.p, 2009.